

Diplomas legais em destaque

[Decreto-Lei n.º 9/2026, de 14 de janeiro](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, que procede à revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública.

Entrada em vigor: 15 de janeiro

Notas: O Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, procedeu à revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP). Considerando o carácter estruturante das alterações introduzidas, bem como a transição governativa ocorrida após a aprovação daquele diploma, impõe-se garantir tempo adequado para proceder à necessária revisão dos sistemas de avaliação adaptados ao SIADAP, em função das especificidades, atribuições e organização dos serviços, das carreiras dos seus trabalhadores ou das suas necessidades de gestão.

Neste sentido, tendo o XXV Governo Constitucional assumido o desígnio de proceder à aprovação dos aludidos sistemas de avaliação adaptados, com a devida ponderação e segurança jurídica, assegurando o cumprimento dos princípios e dos objetivos concretizados no SIADAP, considera-se essencial a prorrogação do prazo estipulado para a sua revisão.

É alterado o n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 12/2024, sendo alargado até 30 de junho de 2026 o período transitório em que se mantêm em vigor os sistemas de avaliação adaptados até à sua revisão para adaptação ao Decreto-Lei n.º 12/2024, com a cominação da caducidade desses regimes especiais se a sua revisão não acontecer naquele prazo.

[Decreto-Lei n.º 29-A/2026, de 30 de janeiro](#)

Altera o valor da base remuneratória e atualiza os valores das remunerações da Administração Pública.

[Portaria n.º 51-B/2026/1, de 30 de janeiro](#)

Fixa a atualização do subsídio de refeição, para os trabalhadores da Administração Pública, com efeitos a 1 de janeiro de 2026.

[Portaria n.º 60/2026/1, de 6 de fevereiro](#)

Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e do subsídio de funeral.

[Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro](#)

Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas, nacionais e estrangeiras, que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e cria o Registo de Transparência da Representação de Interesses.

[Lei n.º 5/2026, de 19 de janeiro](#)

Cria a Comissão Técnica Independente para avaliação dos incêndios de agosto de 2025 em território de Portugal continental.

[Lei n.º 1/2026, de 6 de janeiro](#)

Reforça as medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios, alterando o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais.

[Lei n.º 2/2026, de 6 de janeiro](#)

Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico que regula determinados aspetos da organização do tempo de trabalho dos trabalhadores móveis em atividades de transporte rodoviário e a transpor para a ordem jurídica interna várias diretivas.

[Lei n.º 3/2026, de 6 de janeiro](#)

Completa a transposição da Diretiva 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2026, de 8 de janeiro](#)

Aprova a Agenda Nacional de Inteligência Artificial e o respetivo modelo de governação.

[Declaração de Retificação n.º 1/2026/1, de 13 de janeiro](#)

Retifica o Decreto-Lei n.º 131/2025, de 24 de dezembro, que altera o Decreto-Lei n.º 87-A/2025, de 25 de julho, que aprova o regime de organização e funcionamento do XXV Governo Constitucional e o Decreto-

Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, que estabelece a orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro](#)

Declara a situação de calamidade na sequência dos danos causados pela tempestade Kristin.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026, de 1 de fevereiro](#)

Prorroga a situação de calamidade e procede ao alargamento do seu âmbito territorial.

[Portaria n.º 58-A/2026/1, de 3 de fevereiro](#)

Procede à atualização do valor de referência anual da componente base, do valor de referência anual do complemento da prestação social para a inclusão e do limite máximo anual de acumulação da componente base com rendimentos de trabalho.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026, de 3 de fevereiro](#)

Fixa o regime de apoios financeiros a atribuir na sequência da declaração da situação de calamidade.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-B/2026, de 3 de fevereiro](#)

Cria linhas de crédito para apoio à reconstrução das zonas afetadas pela tempestade «Kristin».

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2026, de 4 de fevereiro](#)

Aprova a Estratégia Nacional para o Ruído Ambiente.

[Despacho n.º 1335-A/2026 \(publicado no DR de 4/02/2026, Série II, Suplemento\)](#)

Reconhece, oficialmente, como fenómeno climatérico adverso equiparável a catástrofe natural a tempestade Kristin, que assolou as regiões de Portugal continental, e concede o apoio que se refere à tipologia C.4.1.3 — «Restabelecimento do Potencial Produtivo» do PEPAC no Continente, com vista à reposição das condições de produção das explorações agrícolas afetadas e a criar condições para regressarem à sua atividade normal.

[Portaria n.º 63-A/2026/1, de 9 de fevereiro](#)

Regulamenta, em matéria de habitação própria permanente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026, de 3 de fevereiro, que fixa o regime de apoios financeiros a atribuir na sequência da declaração da situação de calamidade.

[Decreto-Lei n.º 33/2026, de 11 de fevereiro](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, que regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

[Portaria n.º 69/2026/1, de 12 de fevereiro](#)

Aprova as instruções de preenchimento da declaração mensal de remunerações — AT, aprovada pela Portaria n.º 33/2024, de 31 de janeiro.

[Portaria n.º 79/2026/1, de 13 de fevereiro](#)

Estabelece o regime de aplicação no território continental do «Apoio às áreas de baldio» e do «Apoio aos animais para gestão da carga combustível», integrados no programa de apoio à redução da carga combustível através do pastoreio extensivo.

[Portaria n.º 71/2026/1, de 13 de fevereiro](#)

Procede à atualização do valor de referência do rendimento social de inserção (RSI) para o ano de 2026.

[Decreto-Lei n.º 40/2026, de 13 de fevereiro](#)

Altera os Decretos-Leis n.os 137/2014, de 12 de setembro, 5/2023, de 25 de janeiro, e 20-A/2023, de 22 de março, que estabelecem, respetivamente, o modelo de governação dos fundos europeus para os períodos de programa.